

ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Um Olhar Crítico sobre a Reforma da Praça
Barão do Rio Branco em Santos-SP

Maria Isabel Imbronito
Juliana Cunha Carlini
Universidade São Judas
Tadeu

RESUMO | Este trabalho aborda a importância da acessibilidade e inclusão em espaços públicos livres, destacando a influência desses locais na identidade das cidades. A revisão bibliográfica relaciona temas sobre espaços públicos, desenho universal, acessibilidade e caminhabilidade. Como estudo, foi selecionada a Praça Barão do Rio Branco, em Santos, recentemente revitalizada, examinando-a quanto à utilização das normas técnicas de acessibilidade por meio de um checklist, discutindo projeto e resultados de execução obtidos. Registros fotográficos ilustram problemas como rampas inadequadas, presença de desníveis, falta de travessias acessíveis e comunicação visual inadequada. Considerando a acessibilidade como condição essencial a existência de espaços públicos, o trabalho justifica-se pela ideia de que o tema deve ser considerado na concepção dos projetos arquitetônicos, e não introduzidos a posteriori como projeto complementar, para tanto a avaliação pós-ocupação (APO), composta por um conjunto de metodologias, pode guiar intervenções de maneira mais eficaz, criando espaços urbanos mais inclusivos.

Palavras-chave: acessibilidade, espaços públicos, avaliação de pós-ocupação, Santos.

ABSTRACT | This work addresses the importance of accessibility and inclusion in public open spaces, highlighting the influence of these places on the identity of cities. The literature review covers topics related to public spaces, universal design, accessibility, and walkability. As a case study, Barão do Rio Branco Square in Santos, which was recently revitalized, was selected for examination regarding the use of accessibility standards through a checklist, discussing the project and execution results obtained. Photographic records illustrate issues such as inadequate ramps, uneven surfaces, lack of accessible crossings, and inappropriate visual communication. Considering accessibility as an essential condition for the existence of public spaces, this work justifies the idea that the topic should be considered in the design of architectural projects rather than introduced afterwards as a supplementary design. The post-occupancy evaluation (POE), composed of a set of methodologies, can guide interventions more effectively, creating more inclusive urban spaces.

Keywords: accessibility, public spaces, Post-Occupancy Evaluation, Santos.

Introdução

O caráter de cada cidade é moldado por uma interseção complexa de fatores históricos, geográficos, sociológicos e econômicos. No entanto, sua essência não pode ser plenamente capturada apenas por números, fatos e planos associados a esses fatores estáticos ou numericamente demonstráveis. A identidade de uma cidade vai além das condições objetivamente mensuráveis, emerge também das interações dinâmicas entre seus cidadãos e os espaços. Seguindo essa lógica, a importância da percepção pessoal, da vivência, do ritmo e fluxos dos seus habitantes torna-se imperiosa para compreender territórios complexos.

O espaço público livre é um local que confere identidade às cidades, definido como aquele de uso comum e posse coletiva, local de convívio e trocas entre os diversos grupos que compõem a sociedade urbana. São cruciais na configuração dos tecidos urbanos das cidades, posto que proporcionam vitalidade e suporte. Sua existência contribui para a noção de cidade e garante a melhoria e qualificação dos territórios urbanos.

Sun Alex (2008) define em “Projeto da praça, convívio e exclusão no espaço público”, que o espaço público é aquele que assume inúmeras formas e tamanhos, a exemplo de calçadas, ruas, praças e parques, sendo a palavra ‘público’ indicativa de que os locais que concretizam esse espaço são abertos e acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas. Entende-se, portanto, que são locais que expressam a vida cotidiana na cidade, devendo ser amplo e irrestrito e negar essa afirmação, é negar a própria cidade.

Para Eugênio Queiroga (2001), ao se adjetivar o espaço como público, deve-se ter clara sua natureza híbrida, considerando sempre o arcabouço físico e as ações que nele se desenvolvem, não ficando o conceito restrito ao domínio do espaço, mas englobando também suas formas de apropriação.

1. Sistemas de espaços públicos livres

Como definição para sistemas de espaços públicos livres (SELS), adotamos aquela apresentada por Miranda Magnoli (1982), sendo espaços livres de edificações ou urbanização, abertos ou livres de volumes edificados e destinados ao trabalho dos arquitetos paisagistas. Toda cidade tem seu sistema de espaços livres, geralmente fruto do processo de urbanização e parcelamento do solo urbano, não se reduzindo aos sistemas de áreas verdes, que são, por sua vez, um subsistema dos SELS.

Os sistemas de espaços livres têm interrelações com outros sistemas, como os de drenagem urbana e de mobilidade. Suas funções são coincidentes ou justapostas, tecendo conectividades e complementaridades com temas como o da acessibilidade.

A rua é um exemplo de espaço público livre, elemento que conecta localidades e permite a mobilidade. Assim, desempenha papel importante na estrutura urbana e na representação da cidade. Segundo Kevin Lynch (2011), é o principal local onde a imagem da cidade se forma, pois é por meio dela que os habitantes transitam, com oportunidade de observá-la e compreendê-la.

Outro elemento presente nos SELS são as praças. Intrinsecamente ligadas à noção de espaço público, são essencialmente urbanas, definidas como locais de encontro e convívio (ALEX, 2008). Estes espaços consistem em aberturas no tecido urbano, que orientam fluxos e lhes confere uma identidade central nas manifestações da vida pública, representando convergências e centralidades. Em um sentido amplo, a praça representa um espaço de trocas. A localização, permeabilidade, impressão visual e atmosfera convidativa reforçam sua condição de espaço público, permitindo uma gama diversificada de usos urbanos, incluindo comércio, serviços, encontros, lazer e descanso.

O conceito de “pracialidade” (Queiroga, 2001), que visa reconhecer que ações tradicionalmente associadas às praças públicas, como convívio, encontros e manifestações públicas, não se restringiam unicamente a esses espaços públicos livres. Poderiam se manifestar em diversos locais, influenciadas pelos diferentes contextos urbanos. São exemplos avenidas simbolicamente importantes que recebem manifestações políticas, campinhos de futebol que não se restringem à prática esportiva ou praias urbanas que permitem convívio e protestos públicos. Assim, nota-se que a praça como categoria de espaço público voltada para a vida pública, não é determinada apenas por suas características físicas, mas também, pelo contexto urbano, que pode ou não favorecer sua utilização pública.

2. Caminhabilidade, inclusão e acessibilidade

Uma das relações estabelecidas entre as pessoas com os espaços públicos livres se dá através da possibilidade de caminhar por eles. O pedestre é um dos focos estratégicos de uma cidade viva, devendo o espaço público configurar-se de modo a permitir sua mobilidade. Deslocar-se é um ato intrínseco ao homem, cognitivo e que depende do indivíduo e suas experiências.

A caminhabilidade relaciona aspectos físicos ou construtivos de determinado lugar e a ineficiência projetual e de execução de alguns elementos que compõem seu uso, podem levar a incapacidade de utilização por muitas pessoas, como aquelas que possuem alguma deficiência. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condição com as demais pessoas.

Define, ainda, que barreiras, que podem ser classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, comunicacional e de informação, atitudinal e tecnológica, são:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...] entre outros, classificadas em barreiras.

O desenho universal é um conceito que se apresenta como ferramenta capaz de vencer essas barreiras, tendo como prerrogativa atender à diversidade hu-

mana, com projetos de ambientes, produtos e serviços utilizados por todos, na máxima extensão possível e sem necessidade de adaptações ou projetos especializados para pessoas com deficiência. O Desenho Universal é capaz de transformar e democratizar a vida das pessoas em diversos aspectos, como infraestrutura urbana, edificações públicas e privadas e até produtos de uso do dia a dia, acomodando uma larga escala de preferências e habilidades individuais ou sensoriais dos usuários, que se alteram em momentos diferentes da vida (infância, vida adulta, velhice e com duração provisória ou permanente).

O conceito nasceu depois da Revolução Industrial, quando foi questionada a massificação dos processos produtivos, onde os meios de produção de produtos em massa “igualavam o que não era igual”, tendo a concepção de conforto intimamente ligada a fatores pessoais e antropométricos. Assim, em 1961, países como Japão, EUA e as nações europeias, reuniram-se na Suécia para discutir como reestruturar o conceito do homem padrão. Essa primeira conferência internacional foi berço para que, em 1963, em Washington, nascesse a Barrier Free Design, comissão com objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequadas a utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (CARLETTO; CAMBIAGHI, s/d).

Mais tarde, na década de 1990, na Universidade da Carolina do Norte, esse conceito foi aprofundado por Ron Mace, arquiteto e pessoa com deficiência norte-americano que criou a terminologia universal design. Mace acreditava que esse era o surgimento de uma percepção da necessidade de tornarmos as coisas que projetamos e produzimos utilizáveis por todas as pessoas. Junto de um grupo de arquitetos, cria os sete princípios do desenho universal, conceitos mundialmente adotados para qualquer programa de acessibilidade plena:

- 01- Uso equiparável (para todos com diferentes capacidades);
- 02- Uso flexível (com leque amplo de preferências e habilidades);
- 03- Simples e intuitivo (fácil de entender);
- 04- Informação perceptível (comunica eficazmente a informação necessária através da visão, audição ou olfato, pelo menos por dois meios);
- 05- Tolerante ao erro (que diminui riscos de ações involuntárias);
- 06- Com pouca exigência de esforço físico;
- 07- Tamanho e espaço para o acesso e o uso

No Brasil, um debate incipiente sobre o tema teve início em 1980, mais associado ao objetivo de conscientizar profissionais da área da construção civil. Em 1981, foi declarado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes [sic], com inserção da discussão no cenário mundial.

Naquele ano, foram promulgadas algumas leis brasileiras para regulamentar o acesso para todos, garantindo que parte da população com deficiência ou mobilidade reduzida tivessem as mesmas garantias que todos os cidadãos. Em 1985, foi criada a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade “Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos”, a NBR 9050 (CARLETTO; CAMBIAGHI, s/d).

Essa norma já sofreu diversas modificações, sendo a mais recente em 2020, valendo até hoje para regulamentar diversos aspectos da acessibilidade no Brasil.

3. Objetivos e Justificativas

Diante do exposto, muitas cidades brasileiras passam pelo desenvolvimento de projetos urbanos e redesenho de áreas, como meio de torná-las mais humanas, acessíveis e funcionais. Muitos recursos e esforços são despendidos para reconfigurar elementos de infraestrutura urbana, como calçadas, faixas de travessias, rampas, sistemas de iluminação e drenagem, dentre outros, nem sempre alcançando resultados satisfatórios. Exemplos malsucedidos de intervenções no espaço urbano não invalidam o fato de que o projeto e o desenho urbano são essenciais para promover a cidade acessível. Simples correções poderiam reparar décadas de políticas e práticas contraproducentes.

Partindo dessa ideia, entendemos que o atendimento à inclusão e à acessibilidade devem ser considerados na concepção do projeto, a partir do diálogo com o usuário, e não introduzidos a posteriori, como projeto complementar. Para tanto, a avaliação de pós ocupação (APO), é fundamental para conseguir esse objetivo. A APO é um conjunto de procedimentos metodológicos que permite o cruzamento de dados e informações para diagnóstico dos espaços, através da avaliação técnica de especialistas multidisciplinares, e das experiências e grau de satisfação dos usuários. Sua realização permite a construção de subsídios para projetos de arquitetura, inclusive de espaços públicos livres. Gerar dados sobre a relação das percepções sensoriais em conjunto com a certificação da realidade edificada ajuda o arquiteto na prática projetual. Assim, essa compreensão propicia a inserção do desenho universal nos partidos arquitetônicos de maneira mais legítima e fluida, subsidiando intervenções e gerando diretrizes que aprimoram o processo projetual.

Segundo Ornstein et al. (2018), a elaboração de um projeto de arquitetura, durante sua fase de planejamento, exige que sejam feitas muitas escolhas, e esses processos decisórios, muitas vezes não ocorrem de maneira objetiva e organizada. Paradoxalmente, para que o ambiente construído atenda às necessidades e expectativas dos usuários, é necessário que as decisões de projeto sejam tomadas de forma clara e racional. Nesse contexto, é importante que as equipes envolvidas no processo de produção dos espaços levem em consideração requisitos normativos e diretrizes de boas práticas.

Este trabalho apresenta a primeira etapa da pesquisa de mestrado (“Inclusão e acessibilidade nos espaços públicos em Santos-SP: o desenho universal sob o olhar da pessoa com deficiência”), que pretende a realização de APOs em espaços públicos livres no município. Como uma etapa de sua realização, foi feita uma visita a campo, levantando dados primários para avaliação técnica com metodologia quantitativa de itens de normas técnicas, através de um checklist na Praça Barão do Rio Branco, na região central de Santos, cujos resultados são apresentados.

4. Praças e pracialidades do centro de Santos

Escolhemos como recorte geográfico para a pesquisa a região central de Santos. Esta área atualmente vem recebendo grande atenção de políticas públicas, com diversas obras de novos equipamentos e infraestrutura. Apesar de inovações, caminhar nessa região da cidade, para muitas pessoas, continua sendo difícil, desagradável e inseguro. Pessoas com deficiência, idosos, crianças ou pessoas sem acesso a meios de transporte motorizados ou coletivo aca-

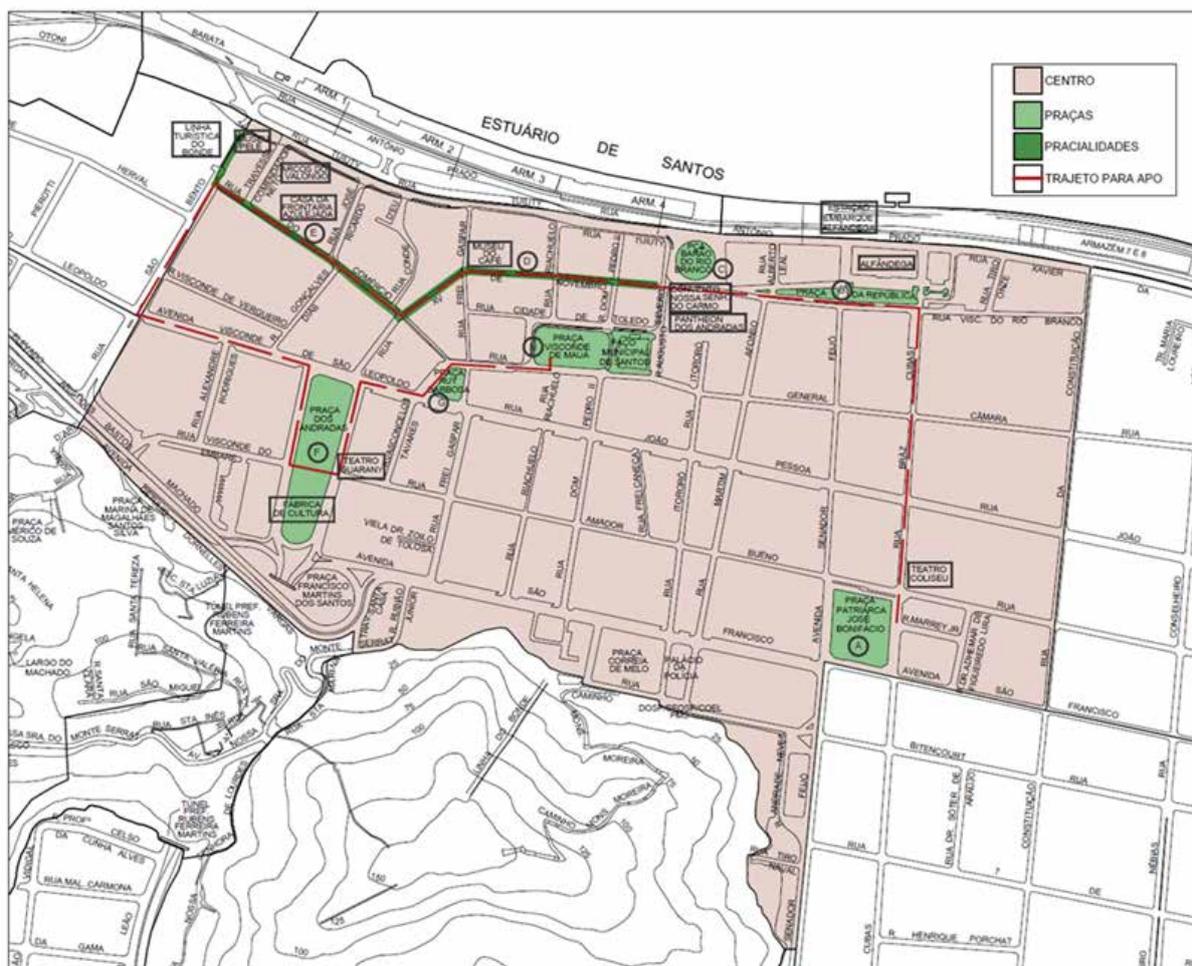
bam sofrendo com as condições ruins de caminhabilidade.

Segundo dados do Sistema de informações geográficas do município – Sig Santos - há as seguintes praças oficiais¹ localizadas no Centro de Santos²

1. Praça Patriarca José Bonifácio (A)
2. Praça Da República (B)
3. Praça Barão Do Rio Branco (C)
4. Praça dos Andradas (F)
5. Praça Ruy Barbosa(G)
6. Praça Visconde De Mauá (H)
7. Praça Francisco Martins dos Santos
8. Praça Correia de Melo

Foram excluídas as Praças Francisco Martins dos Santos e Correia de Melo, por terem características de áreas residuais e não de espacialidade de esfera pública ou relacionar-se ao conceito de pracialidade. Apontamos no estudo 2 áreas que revelam pracialidades, apesar de serem consideradas ruas e não praças - a Rua XV de Novembro (D) e Rua do Comércio (E). Ao total a pesquisa analisará 6 praças e 2 pracialidades, observadas na Fig. 01.

Fig. 01 - Mapa com definição de área de estudo Fonte: Elaboração própria



¹ Com reconhecimento legal pelo município.

² "Centro" como definição geográfica de abarramento de Lei de Uso e Ocupação do Solo (lei complementar 1187/2022).

5. Metodologias e resultados

Nesses locais serão realizadas uma avaliação de pós ocupação, verificando primeiramente os itens de atendimento as normas técnicas de acessibilidade, através de checklist. Posteriormente, serão feitos trajetos específicos em conjunto com pessoas com deficiência, relatando suas experiências de caminhabilidade e produzindo mapas que demonstrem esses resultados. Essa cartografia será para entendimento de processos e não exposição fixa e estática das informações geográficas. Como apoio metodológico para esta etapa, utilizaremos indicadores presentes na ferramenta iCam 2.0, composto por 15 indicadores agrupados em 6 categorias diferentes. Cada uma delas incorpora uma dimensão da experiência do caminhar, com observações sobre segurança viária, atração, calçadas, ambiente, mobilidade e segurança pública (Siqueira, 2018).



A Praça Barão do Rio Branco, dentre as estudadas, foi a que sofreu uma reforma recente, com obra entregue em setembro de 2022. Segundo site da Prefeitura Municipal de Santos, a revitalização, de autoria da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, teria como premissa integrar o espaço com o Pantheon dos Andradas e com a Igreja e Convento da Ordem Terceira do Carmo, localizados no entorno do local, valorizando o patrimônio cultural e melhorando a acessibilidade, além de se tornar um espaço para realização de eventos na região central.

Figs. 02 e 03 - Praça Barão do Rio Branco antes da reforma
Fonte: Elaboração própria

Na praça, foram realizadas obras de pavimentação e drenagem, instalação de nova iluminação no piso, recuperação de trechos de piso em pedra portuguesa, paisagismo, mobiliários e, segundo a reportagem, “implantação de itens de acessibilidade” (REVITALIZAÇÃO, 2023). Conforme informado, a obra teve custo total de R\$ 1.662.658,59 (incluindo material, mão de obra e maquinário), os recursos são do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Município de Santos (Fundurb).



Figs. 04 e 05 - Praça Barão do Rio Branco após a reforma
Fonte: Elaboração própria



Fig. 06 - Praça Barão do Rio Branco durante a obra
Fonte: Elaboração própria



Fig. 07 - Imagem do projeto
Fonte: Turismo Santos - PMS

A primeira etapa da pesquisa foi uma visita ao local para análise de elementos normativos que incidiriam na leitura técnica daquele espaço. Após isto, foi feito um resumo de pontos relacionados a espaços públicos livres presentes nas normas técnicas NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e NBR 16537/2024 (Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

Dessa análise inicial, gerou-se um checklist com total de 204 perguntas, estabelecendo critérios e parâmetros técnicos a serem observados no que concerne às condições de acessibilidade de espaços públicos livres. Foram consideradas questões de mobilidade e de percepção do ambiente, de forma a proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

Segundo a NBR 9050/2020, para serem consideradas acessíveis, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como, as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, deverão atender ao disposto nesta norma.

Das respostas do checklist, temos opções de “sim” para atendimento completo à norma, “não” para não atendimento, “parcial” para atendimento em alguns pontos e aspectos, por exemplo, utiliza-se algum elemento solicitado, porém, o mesmo não é instalado ou aplicado de maneira correta. Por fim, há a opção “não se aplica”, quando o local não possui ou não se relaciona ao item analisado.

Das 204 perguntas geradas, 153 referem-se à NBR 9050/2020 e 51 à NBR 16537/2024. Os itens perguntados também se diferem através de cores, onde o “verde” relaciona-se com orientabilidade e deslocamentos, “amarelo” para mobiliários e usos, “laranja” para materiais e acabamentos, e por fim, o “azul” é utilizado para relacionar perguntas sobre sinalizações e comunicação.

Dos resultados, obtivemos para NBR 9050/2020: 36 “sim” / 43 “não” / 14 “parcial” / 60 “não se aplica. Quanto a NBR 16537, 7 “sim”, 11 “não”, 2 “parcial” e 31 “não se aplica”.

PLANILHA CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DE PÓS OCUPAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES					1- ORIENTABILIDADE E DESLOCAMENTOS	10
LOCAL		DATA/PERÍODO DA VISITA		25/02/2024 / MANHÃ		
				3- MOBILIÁRIOS E USOS		
				45		
				5- MATERIAS E ACABAMENTOS		
				67		
				4- SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
Nº	LEGISLAÇÃO	ARTIGO	ITENS A CONFERIR	RESPOSTAS	OBSERVAÇÕES	
LEV/NORMA						
01	NBR 9050/2020	6.1.1.1	É verificada a existência de uma rota acessível? (A rota acessível estende-se para estacionamento, calçadas, faixas de travessia de pedestres, bicicletários ou ruelas, rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação.)	PARCIAL		
02	NBR 9050/2020	4.3.3	Os mobiliários estão fora da rota acessível?	SIM		
03	NBR 9050/2020	4.3.3	Os mobiliários suspensos com altura entre 0,60 e 2,50m do piso ou saliências 0,10 de profundidade para a circulação de rota acessível possuem elementos de sinalização tátil de alerta?	NÃO SE APLICA		
04	NBR 9050/2020	4.3.3	Os mobiliários suspensos com altura entre 0,60 e 2,50m do piso ou saliências 0,10 de profundidade para a circulação de rota acessível possuem abertura mínima de um valor de reflexão de luz (LRV) de 30 pontos em relação ao plano de fundo?	NÃO SE APLICA		
05	NBR 9050/2020	4.3.3	Os mobiliários suspensos com altura entre 0,60 e 2,50m do piso ou saliências 0,10 de profundidade para a circulação de rota acessível possuem em suas partes algum elemento fino ao olho de maneira a ser detectável por bengala longa?	NÃO SE APLICA		
06	NBR 9050/2020	4.3.5	Há conflitos de materiais para cadeiras de rodas em deslocamentos horizontais? (áreas menores que 1,20 de largura deslocam-se em uma direção ou menor que 1,50 de raio em rotações de 360°)	NÃO SE APLICA		

Fig. 08 - Trecho do checklist de normas técnicas. Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Normas técnicas.

Os resultados deste trabalho indicam que acessibilidade adotada no projeto e execução da praça não foram contemplados de maneira satisfatória. As respostas positivas de atendimento completo (“sim”) representam 21,07% do total das 204 perguntas. O não atendimento ou atendimento parcial às normas técnicas (“não” e “parcial”) somados representam 34,32%. O restante, ou 44,60% representam “não se aplicam” pela inexistência ou não utilização no local. Abaixo são listadas fotografias que ilustram itens em desacordo à norma, apontados no checklist como “não”, bem como, suas respectivas localizações em planta.



Figs. 08 e 09 - Rampas de travessia - dimensões e materialidade inadequadas, com conflitos aos sistemas de drenagem e presença de lixo.



Figs. 10 e 11 - Desnível maior que 2 cm em área de rota acessível.



Figs. 12 e 13 - Vaga PCD e idoso sem ligação com uma rota acessível, pedestres expostos à circulação de veículos e com pisos trepidantes.

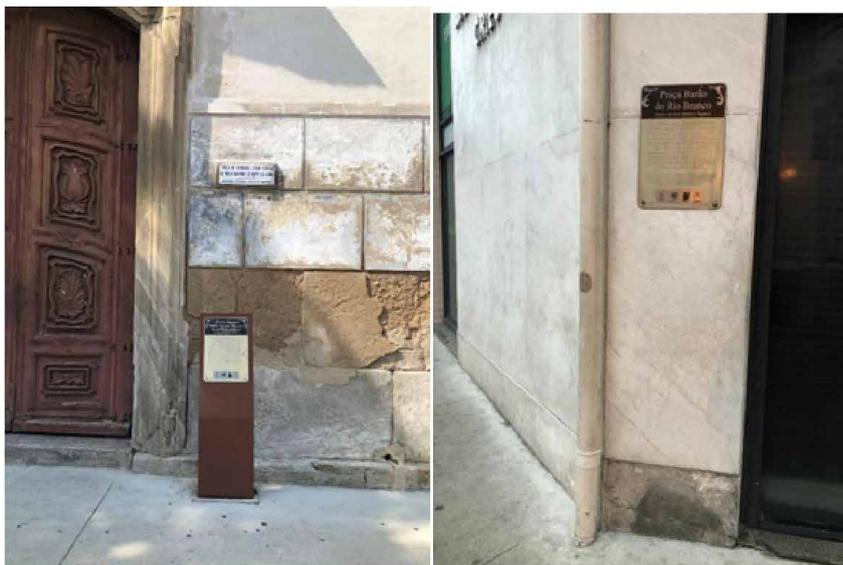


Figs. 14 e 15 - Grelhas de drenagem localizadas em rotas de pedestres e com vãos maiores que 1.5mm





Figs. 16 e 17 - Ausência de travessia acessível de pedestre para pessoas que caminham pelo interior da praça.



Com a reforma, a praça que antes possuía ares de espaço residual, contida por áreas de estacionamento de veículos, hoje apresenta ganho urbano como espaço público livre, com ampliação de sua área física e criação de locais de permanência.

Figs. 18 e 19 - Comunicação visual sem sinalização tátil de alerta e com altura inadequada, fora da faixa de alcance.

Os resultados do checklist apontam a problemática da utilização da temática da acessibilidade somente como uma das justificativas e validações de reformas e revitalizações. Em muitos casos, contudo, ela não é projetada ou executada de maneira satisfatória, garantindo com isso a plena utilização com autonomia e segurança de pessoas com deficiência.

6. Bibliografía

ALEX, Sun. (2008). Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. (2020). NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-eminenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. (2024). NBR 16537/2024: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/file/arquivos/NBR%2016537%202024.pdf%20-%20Piso%20T%C3%A1til.pdf>. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

BRASIL. (2015). Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

CAMBIAGHI, Silvana, CARLETTO, Ana Claudia, & GABRILLI, Mara. (s/f). Desenho Universal, um conceito para todos. São Paulo: Editora Company S.A.

COLOMBO, Juliana Santos, NETTO DE JESUS, Luciana Aparecida, RAMOS, Larissa Letícia Andara, RUFINO, Gabrielly Souza, & CONDE, Karla Moreira. (2021). Metodologia de avaliação dos espaços livres de uso público: a análise da aplicabilidade da ferramenta. 9º Congresso luso-brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável (PLURIS 2021 Digital). Disponível em: <https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper840.pdf>. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

DISCHINGER, Marta. (2014). Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis: MPSC. Disponível em: https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/ccf/Manual/Manual%20Acessibilidade_2014_web.pdf. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

FEZA, João Pedro. (2023, outubro 13). Santos vira canteiro de obras com revitalizações e mobilidade. Acessa.com. Disponível em: <https://www.acessa.com/noticias/2023/10/179317-santos-vira-canteiro-de-obras-com-revitalizacoes-e-mobilidade.html>. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

GARCÍA, R. (2006). Sistemas Complexos: Conceitos, método e fundamentação epistemológica da investigação interdisciplinar. Barcelona: Editorial Gedisa S.A.

LYNCH, Kevin. (2011). A imagem da cidade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

MACEDO, Sílvio Soares, et al. (orgs.). (2018). Reflexões sobre espaços livres na forma urbana. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ORNSTEIN, Sheila Walbe (org.). (2018). Avaliação de pós ocupação no urbanismo, na arquitetura e no design: Da teoria à prática. São Paulo: Editora Oficina de Textos.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. (2012). Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese (Livre docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

REVITALIZAÇÃO de importante praça do Centro Histórico de Santos chega à etapa final. (2023, fevereiro 3). Prefeitura de Santos. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/revitalizacao-de-importante-praca-do-centro-historico-de-santos-chega-a-etapa-final>. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

SANTOS (SP). (2022). Lei complementar 1187, de 30 de dezembro de 2022. Disciplina o ordenamento do uso e da ocupação do solo na área insular do município de Santos, e dá outras providências. Santos. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/santos/lei-complementar/2022/119/1187/lei-complementar-n-1187-2022-disciplina-o-ordenamento-do-uso-e-da-ocupacao-do-solo-na-area-insular-do-municipio-de-santos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 01 de mar. de 2024.

SIQUEIRA, Rafael G. S. (coord.). (2018). Índice de caminhabilidade: versão 2.0. [s.l.]: ITDP.

TURISMO SANTOS. (2022, agosto 31). Bicentenário da Independência terá inaugurações, eventos e atividades no Centro Histórico. Turismo Santos. Disponível em: <https://www.turismosantos.com.br/?q=pt-br/content/bicenten%C3%A1rio-da-independ%C3%Aancia-ter%C3%A1-inaugura%C3%A7%C3%B5es-eventos-e-atividades-no-centro-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 01 de março de 2024.

XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo / Cristina Araujo Lima... [et al.] ; Contribuciones de Josefina Dámaris Gutiérrez ; Compilación de Mónica S. Martínez. - 1a ed compendiada. - Córdoba : Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba ; Cataluña : Universitat Politècnica de Catalunya, 2024.
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-987-8486-61-1

1. Urbanismo. I. Araujo Lima, Cristina II. Gutiérrez, Josefina Dámaris, colab. III. Martínez, Mónica S., comp.

CDD 711.007